

30 JUL 1987

Con. Brasil

Os cuidados com a reativação

Encerrado o primeiro episódio da renegociação da dívida externa, o governo volta novamente suas atenções para a política doméstica. Agora, é preciso enfrentar os obstáculos políticos à consecução de um acordo com o Fundo Monetário Internacional e tratar da administração da política econômica, repleta de desafios de curíssimo prazo.

As autoridades estão procurando observar cautelosamente a atual conjuntura. Não aceitaram, até agora, a tese de que a reativação econômica já começou e de que a recessão faz parte do passado. Essa prudência é deveras louvável.

Como se sabe, o momento crucial da atual política ocorrerá quando for dado o sinal para o descongelamento de preços. O governo não pode contentar-se com os índices baixos de inflação registrados até essa data, porque se trata de uma inflação artificial. Neste sentido, não há motivo para euforia, pois a prova decisiva advirá mais tarde, quando se rera a vez de se confrontar com uma realidade de certa forma semelhante à verificada em 1986, quando o Plano Cruzado começou a fazer água. Com a diferença de que a economia, hoje, se encontra em recessão.

Os técnicos oficiais, aliás, não escondem sua apreensão no que se refere ao descongelamento. Ocorrerão pressões de custos, não de salários, ainda que alguns insistam na recuperação imediata do salário mínimo, a qual o governo parece ter descartado. Mas o próprio reconhecimento da existência de preços reprimidos deixa entrever que o descongelamento será certamente problemático. Isso demonstra, ademais, que nenhum congelamento pode ser neutro quanto a seus efeitos, seja sobre preços ou salários. Caso contrário, não seria preciso temer o curto prazo.

Note-se que, pelo lado da produção, os sinais de recuperação não se manifestaram. As indústrias certamente acumularam alguma capacidade ociosa nos primeiros meses do ano. Agora, cuidam de vender seus estoques e deverão permanecer em compasso de espera para iniciar sua reposição. Observe-se também que tal situação se irá produzir numa época em que, tradicionalmente, rerudescem as pressões de consumo e, portanto, de preços. Aliás, este tem sido o obstáculo maior de todo e qualquer choque de tipo heterodoxo: não dispor de regras adequadas para

tirar o gesso da economia. A experiência de outros países ilustra bem esse impasse, aliás igualmente reconhecido no plano teórico pelos economistas de qualquer corrente.

O governo já deveria saber que não pode fundar sua estratégia na precariedade operacional dos órgãos encarregados do controle de preços. Tampouco deve confiar nos pretendidos cortes dos seus próprios gastos e acreditar na miragem de um déficit público não superior a 3,5% do PIB até dezembro. É público e notório que o CIP não está à altura de suas funções, o mesmo ocorrendo com órgãos de igual natureza. Assim, a decadentada fase de flexibilização de preços corre o risco de se transformar em mais uma fase de repressão de tensões inflacionárias, a contragosto do mercado. Mas este costuma impor-se, à revelia de choques de toda sorte.

Por medida de precaução, o governo tem mantido as taxas de juro elevadas em termos reais. Mesmo assim, pairam dúvidas a esse respeito, pois a inflação é uma incógnita. Os truques metodológicos decretados para apurá-la não se impõem ao mercado com sucesso, nem mesmo du-

rante pouco tempo. E até agora não há empresários dispostos a sinalizar intenções de novos investimentos. Eles aprenderam com as lições do Plano Cruzado e limitam-se a comentar números esparsos sobre vendas a varejo, mas sabem perfeitamente que não chegou a hora de determinar um aumento na oferta. Os riscos permanecem elevados e a inflação vi gente não autoriza expectativas de retomada do consumo.

O governo situa-se, para usar uma expressão apreciada pelos economistas, num autêntico fio de navalha. A renegociação da dívida externa não está definida e a política econômica doméstica de curto prazo está eivada de desafios. Ainda que o descongelamento seja apressado, como deixam transparecer alguns sinais, será preciso muita cautela para não prorrogar indefinidamente a fase de flexibilização. O retorno às leis de mercado ainda é a opção mais segura, desde que as autoridades tomem consciência de que devem cumprir sua parte de esforço nesse processo. E, enquanto durar o controle maciço da economia pelo Estado, as pressões inflacionárias estarão sempre presentes com maior intensidade.